

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.027 - SP (2018/0025887-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : ANA LUCIA DE LIMA
ADVOGADO : ROBERIO MARCIO SILVA PESSOA - SP228250
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SUMARÉ
ADVOGADO : RICARDO ROCHA IVANOFF - SP171261

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. GUARDA CIVIL. FALECIMENTO EM SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 153):

APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização por danos morais Guarda civil atingido por um projétil de arma de fogo durante o exercício de sua função, vindo a óbito - Imputação da responsabilidade objetiva do Estado à ré - Inadmissibilidade - Equiparação à acidente de trabalho - Teoria da responsabilidade subjetiva - Infortúnio decorrente de fato inevitável - Risco inerente à própria atividade - Ausência de culpa ou dolo do Estado a ensejar indenização Sentença de procedência reformada. Recurso provido.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 927, *caput*, e parágrafo único, do CC/2002, sob o seguinte argumento: "O acórdão do Tribunal de Justiça, ao reformar a sentença de primeira instância, dando pela improcedência da ação, negou vigência ao que estabelece a norma de direito comum, no que concerne a responsabilidade objetiva da recorrida, neste caso de acidente de trabalho, decorrente da aplicação da teoria do risco da atividade, incidindo a responsabilidade civil objetiva, que independe da existência de culpa ou dolo" (fl. 172).

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do MPF às fls. 207/212.

É o relatório. Decido.

De início, evidencia-se que o artigo 927, *caput*, e parágrafo único, do CC/2002 (e a tese a ele vinculada) não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

Ademais, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que, da análise das provas trazidas, não se vislumbra a culpa ou o

dolo do Estado a justificar o pleito, porquanto a operação que resultou no falecimento do guarda civil ocorreu cercada de todos os cuidados recomendados, sendo certo que o evento danoso aconteceu por culpa exclusiva de terceiros, não se constatando falha da Administração a ensejar sua responsabilidade.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

